

O QUE OS NÚMEROS ESCONDEM? ANÁLISE DAS ESCALAS DE PROFICIÊNCIA DA PROVA BRASIL

*Amanda Gonçalves Ribeiro
Universidade Federal de Goiás
amandagr90@hotmail.com*

*Nayara Tamillis Gonçalves da Cruz Costa
Universidade Federal de Goiás
nayaracamilo@yahoo.com.br*

*Prof.^a Ms. Wérica Pricylla de Oliveira Valeriano
Universidade Federal de Goiás
wericapricylla@gmail.com*

Resumo:

Neste trabalho apresentamos um breve histórico do percurso das avaliações externas na educação brasileira. Os documentos oficiais que tratam da educação no Brasil apontam para uma relação entre o estabelecimento de sistemas de avaliações e a melhoria na qualidade do ensino. Neste sentido, procuramos compreender mais sobre os sistemas de avaliação nacional, enfocando os resultados dos testes da Prova Brasil (matemática) aplicado às turmas de 5º ano do Ensino Fundamental. Queremos estabelecer um diálogo entre o projeto das avaliações e sua influência na realidade escolar. Acerca disto, analisamos os resultados obtidos na Prova Brasil nas cidades de Goiânia - GO, Santa Maria - RS, São Paulo - SP e Pirassununga - SP nos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011. Os dados foram obtidos pelo site do INEP, notas adquiridas pelas Escolas e Escolas Estaduais na Prova Brasil no decorrer do tempo de 2005 a 2011 de forma transversal a qual houve variáveis quantitativa e qualitativa.

Palavras-chave: Avaliações externas; Matemática; Prova Brasil.

1. Introdução

Ao discutir as práticas docentes, os motivos e o objeto da atividade pedagógica, evidenciamos alguns elementos que têm estreita relação com o desencadear das necessidades dos professores e com as condições nas quais constroem sua atuação profissional. Podemos citar como alguns desses elementos, a formação de professores, as políticas educacionais, a gestão escolar, bem como as demandas externas. Muitas vezes essas demandas estão relacionadas à apresentação de resultados satisfatórios em avaliações de larga escala. Tais avaliações, por sua vez, fornecem dados ao Estado que, a partir de análises dos resultados, implementam novas propostas, fazem alterações no contexto educacional e também prestam contas a organismos internacionais que investem no país.

Devido à especificidade da presença de avaliações externas no contexto escolar, elas acabam por influenciar, direta ou indiretamente, a rotina de gestores, professores e alunos.

Dessa forma, com vistas a compreender um pouco mais o que se espera com essas avaliações, o que tem ocorrido no contexto escolar diante dessa realidade, bem como os pontos que possam influenciar a prática dos professores que ensinam matemática, abordaremos nas seções seguintes, ainda que de forma sucinta, os seguintes pontos: a relação que se estabeleceu entre a busca pela qualidade do ensino e a instituição dos sistemas de avaliação; a Prova Brasil, avaliação destinada à Educação Básica. Todavia, neste caso, enfocaremos os testes aplicados às turmas de 5º ano do ensino fundamental.

2. A busca pela qualidade de ensino e as avaliações externas

Presença constante no contexto escolar, as avaliações são tidas como meio pelo qual os professores, na maioria das vezes, vistos como detentores do saber, fazem o julgamento sobre o que um aluno apresenta em um teste ou atividade escolar verificando se o aluno aprendeu o que lhe foi ensinado e se está apto a prosseguir para níveis posteriores de ensino. Essas avaliações realizadas pelos próprios professores da escola são chamadas de avaliação interna, e normalmente acontecem no fim dos bimestres, trimestres ou ciclos escolares.

Em outra esfera, existem também as avaliações externas, assim chamadas por serem elaboradas por profissionais externos ao convívio escolar, as quais geralmente abrangem um grande número de participantes e são realizadas periodicamente. Em nosso país são realizadas, em âmbito nacional, as seguintes provas: Provinha Brasil, Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Essas avaliações são destinadas, basicamente, a obter informações sobre a qualidade do ensino fornecido aos alunos dos vários níveis de ensino.

Em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) vemos uma grande ênfase na necessidade de se implementarem sistemas de avaliação educacional a fim de que seja garantido um ensino de qualidade aos estudantes. Assim, é possível observar nas leis que tratam da

educação em nosso país uma determinada relação que é colocada entre o alcance de um ensino de qualidade e o estabelecimento de sistemas de avaliação nacional da educação. Contudo, não trataremos aqui o que está sendo entendido acerca do termo “qualidade”; nosso propósito é apresentar, com base nas leituras feitas sobre as avaliações externas e em documentos oficiais que tratam da educação brasileira (LDB, PCN, DCN), aspectos referentes à relação entre a busca pela qualidade de ensino e a implementação dos sistemas de avaliação.

Podemos encontrar na LDB referências às avaliações relacionando-as à melhoria da qualidade do ensino, tal como depreende do Art. 9º: compete à União a coleta, análise e disseminação de informações sobre a educação e, juntamente com os sistemas de ensino, garantir, com abrangência nacional, uma avaliação do rendimento escolar dos níveis fundamental, médio e superior com o objetivo de definir as prioridades e alcançar a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996). Nesse artigo fica bem claro o posicionamento do Estado como regulador do sistema de ensino por meio da centralização da avaliação.

No Plano Nacional de Educação, que vigorou de 2001 a 2010, também encontramos afirmativas sobre a necessidade de um sistema de avaliação. Nesse documento a avaliação é colocada como um meio para que seja possível um planejamento educacional e indispensável para a verificação da eficácia de políticas públicas destinadas à educação (BRASIL, 2001).

Entre os objetivos e prioridades do plano, o 5º objetivo assim determina:

Desenvolvimento de sistemas de informações e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino (BRASIL, 2001, p. 35).

Nesses termos, apontamos mais uma vez que as avaliações em larga escala são apresentadas como o instrumento pelo qual se tem uma visão geral sobre o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando maior regulação do Estado sobre as instituições educacionais ocasionando a melhoria do ensino.

Também observamos, no PNE, que um dos objetivos e metas estabelecidos para o ensino fundamental assim destaca: por meio do monitoramento do desempenho dos alunos espera-se que aconteça uma elevação do nível desse desempenho, tal como podemos constatar na citação a seguir:

26 – assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação dos Estados e Municípios que venham a ser desenvolvidos (BRASIL, 2001, p. 52).

Uma das consequências desse modo de adotar as avaliações como garantia da melhoria da qualidade da educação é a intensa cobrança que recai nos principais atores do cenário educacional, os professores. Estes são levados a situações nas quais devem fazer com que seus alunos apresentem níveis de proficiência cada vez mais altos. Para isso, muitas vezes, os docentes se valem de procedimentos que geram apenas mudanças superficiais, não atingindo realmente o ponto principal, a aprendizagem do aluno.

Podemos, pois, inferir que, embora haja esse movimento em torno das avaliações educacionais como meio de assegurar um ensino de qualidade, o fato de realizar avaliação e monitorar o que está acontecendo nas escolas não garante que os alunos estejam realmente aprendendo ou que as informações disponibilizadas sobre os resultados nos testes possibilitem enriquecimento na prática dos professores. Sobre isso, Maluf (1996) aponta que,

A preocupação de pesquisadores e educadores quando afirmam que a simples existência de sistemas de avaliação não garante a alteração dos resultados educacionais é reflexo da análise realizada nos diferentes sistemas implementados e vem revelando dois tipos de obstáculos: a dificuldade em avançar ou aprofundar a análise sobre os resultados, em função do tipo de instrumento utilizado, e a dificuldade em estabelecer mecanismos de divulgação que garantam a assimilação e possibilitem a utilização efetiva da análise de resultados (p. 10-11).

Vale ressaltar que o problema não é a realização das avaliações: “não se trata de negar o direito e o dever do Estado de avaliar, o que está em questão é o método, o conteúdo e a forma autoritários e impositivos de sua implementação” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 117). Nesse sentido, é preciso ir além da simples identificação do problema de maneira que, dentro das escolas, seja possibilitada a Autoavaliação. Entendemos que, somente assim, os resultados poderão verdadeiramente ser um guia na busca da qualidade do ensino.

3. A Prova Brasil

Ao tratar das avaliações externas, diante dos discursos atuais sobre seus resultados, por vezes parece que elas surgiram há bem pouco tempo; no entanto, na

realidade, essas avaliações estão presentes na educação brasileira desde o início do século XX.

A partir da experiência adquirida com a realização de avaliações com alunos beneficiados pelo Projeto Edurural, voltado às escolas da região rural do nordeste brasileiro, o Ministério da Educação e Cultura – MEC, instituiu o SAEP – Sistema de Avaliação da Educação Primária o qual, para se adequar a Constituição de 1988, passa a ser denominado SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica.

O SAEB foi criado em 1990, mas a formalização de sua criação foi feita pela Portaria nº 1.795, de 27 de dezembro de 1994. A partir de 1992, o INEP fica responsável pela aplicação do SAEB.

O objetivo central desse sistema é promover uma avaliação que forneça dados referentes não só à aprendizagem dos alunos, como também aos fatores e contextos relacionados com o desempenho escolar, em busca de estratégias que pudessem ser formuladas, reformuladas e monitoradas pelas políticas educacionais visando à contribuição para a melhoria da qualidade do ensino.

O SAEB é uma avaliação externa de larga escala, amostral, pois participa dela apenas uma parte representativa do todo, transversal; para tanto é feito um recorte das séries/anos desejadas. Juntamente com a das provas, é proposto a realização de questionários junto aos diretores, professores e alunos com questões relacionadas a fatores que podem influenciar de maneira positiva ou negativamente no desempenho discente em atingir níveis satisfatórios de aprendizagem.

Com os dados obtidos nessa avaliação, o INEP produz os indicadores do sistema de ensino brasileiro por meio dos quais gestores escolares e professores tomam conhecimento do desempenho obtido por sua unidade e, assim, possam definir estratégias na manutenção ou superação de seus resultados.

Em 1997, foram elaboradas as Matrizes de Referência da Avaliação e, em 2001, ocorre uma atualização nas Matrizes de Referência devido à ampla disseminação, pelo MEC, dos PCN (HORTA NETO, 2007). Elaboradas devido à necessidade de se ter um guia com os conteúdos avaliados, as matrizes servem de base tanto para a construção dos itens da prova, quanto para contribuir na estruturação do momento de análise dos resultados, possibilitando, assim, o estabelecimento de um rendimento mínimo esperado. Para tanto, nas matrizes são descritas as habilidades e competências desejadas para os alunos das turmas que participam do SAEB.

Diante dessa situação e de demandas tanto nacionais quanto internacionais (OLIVEIRA, 2011), houve a necessidade da expansão do SAEB que, por meio da Portaria n° 931, de 21 de março de 2005, passou a ser composto por duas avaliações: a ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica e a ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar.

De acordo com essa portaria, a ANEB mantém todas as características da avaliação do SAEB. São elas:

- a) a ANEB tem como objetivo principal avaliar a qualidade, equidade e a eficiência da educação brasileira;
- b) caracteriza-se por ser uma avaliação por amostragem, de larga escala, externa aos sistemas de ensino público e particular, de periodicidade bianual;
- c) utiliza procedimentos metodológicos formais e científicos para coletar e sistematizar dados e informações sobre o desempenho dos alunos do ensino fundamental e Médio, assim como sobre as condições intra e extra-escolares que incidem sobre o processo de ensino e aprendizagem;
- d) as informações produzidas pela ANEB fornecerão subsídios para a formulação de políticas educacionais, com vistas à melhoria da qualidade da educação, e buscarão comparabilidade entre anos e entre séries escolares, permitindo, assim, a construção de séries históricas;
- e) as informações produzidas pela ANEB não serão utilizadas para identificar escolas, turmas, alunos, professores e diretores (BRASIL, 2005b);

Enquanto isso, a ANRESC, também denominada de Prova Brasil, destina-se aos alunos dos 5° e 9° anos (anteriormente 4ª e 8ª séries). Tem como objetivos gerais os seguintes:

- a) avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global;
- b) contribuir para o desenvolvimento, em todos os níveis educativos, de uma cultura avaliativa que estimule a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação brasileira e adequados controles sociais de seus resultados;
- c) concorrer para a melhoria da qualidade de ensino, redução das desigualdades e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional;
- d) oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para a escolha dos gestores da rede à qual pertençam (BRASIL, 2005b).

Dada essa “divisão” dentro do SAEB, todas as escolas que se enquadram nos critérios para realização da Prova Brasil (quantidade de alunos matriculados, localização) passam a participar da avaliação, afastando-se do caráter amostral do SAEB.

Realizada bianualmente, a Prova Brasil foi aplicada pela primeira vez em 2005, quando o SAEB passou a ser composto por duas avaliações: a ANEB e a ANRESC – também chamada de Prova Brasil. Esta é uma avaliação externa de larga escala,

censitária, destinada a alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio das redes estadual, municipal e federal, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na turma avaliada. Os resultados da Prova Brasil subsidiam os cálculos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Os alunos participantes respondem a itens da Língua Portuguesa, com ênfase em leitura e Matemática com ênfase em resolução de problemas. Assim, a Prova Brasil é um instrumento que possibilita medir a competência leitora e matemática dos alunos avaliados.

É certo que, diante de realidades diferentes, alunos de uma mesma fase escolar apresentem níveis de aprendizagem diferentes e, para verificar se o direito à aprendizagem tem sido garantido a todos eles, é necessário utilizar um mesmo instrumento para todos os avaliados. Para isso criam-se modelos de avaliações que abrangem conhecimentos básicos considerados necessários aos alunos do nível de ensino avaliado.

Assim, mesmo sabendo que os alunos têm níveis de desenvolvimento diferentes, uma avaliação como esta permite que se determine um nível mínimo de competências considerado adequado. Contudo, os sistemas de avaliação atuais já não estão restritos ao desempenho dos alunos em testes de disciplinas básicas. Eles passam a incluir dados referentes à gestão educacional, financiamento, características dos pais, alunos e professores.

Como apresentamos, com o objetivo de se ter um direcionamento sobre o que é cobrado nas avaliações, foram elaboradas as Matrizes de Referência da Avaliação. Para a elaboração dessas matrizes foram considerados os PCN, os currículos propostos pelas Secretarias de Educação estaduais e algumas municipais e também foram pesquisados os livros didáticos mais utilizados nas turmas avaliadas.

Entretanto, as matrizes de referência não devem ser confundidas com a Matriz Curricular de matemática, pois elas têm características e funções bem diferentes. Enquanto a matriz curricular é prescritiva, deve direcionar o ensino e aborda quatro dimensões para o ensino – conceitual, social, cultural e política, as matrizes de referência foram criadas para descrever o que será avaliado na Prova Brasil. Elas abordam apenas a dimensão conceitual e podem ser vistas como um recorte da matriz curricular. Ou seja, as matrizes de referência não englobam todo o currículo escolar e

não trazem orientações metodológicas de como trabalhar em sala de aula (BRASIL, 2008).

As matrizes de referência são compostas por descritores. Estes são unidades que definem as habilidades e competências avaliadas na Prova Brasil. Podemos observar na descrição dessas habilidades uma grande ênfase em problemas que envolvam o cotidiano do aluno. Os 28 descritores da matriz de matemática para o 5º ano estão divididos em quatro blocos/temas: Espaço e Forma; Grandezas e Medidas; Números e Operações/Álgebra e Funções; e Tratamento da Informação.

Mesmo com a distinção entre a matriz curricular e a matriz de referência ressaltamos o fato de que não devemos ter a ilusão de que a matriz de referência não é adotada como direcionadora do que é ensinado nas escolas. Dalben (2011) aponta que essas matrizes frequentemente são adotadas como base para a formulação de currículos básicos nas esferas estaduais de ensino.

Após a implantação dos sistemas de avaliação, chega-se à conclusão de que pouco vale investir em formação, oficinas pedagógicas ou na divulgação dos resultados por meio de boletins se não existir um currículo básico comum, que permita construir um diálogo com o professor a respeito daquilo que está sendo cobrado pelo sistema de avaliação (DALBEN, 2011, p. 107).

Entretanto, vale destacar o perigo de se centrar apenas no que é cobrado nas avaliações, visto que a matriz de referência é apenas um recorte do currículo nacional.

Uma diferença significativa da Prova Brasil em relação ao SAEB que, até então, era a única avaliação realizada no ensino fundamental, é que a Prova Brasil permite retratar a realidade de cada escola referente ao seu desempenho na avaliação. Assim ocorrendo, oferece informações mais relevantes à gestão escolar e aos professores.

Conforme o Artigo 2º da Portaria nº69, de 04 de maio de 2005, que trata dos objetivos específicos da Prova Brasil, observamos que esta avaliação busca “oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para os gestores da rede a qual pertençam as escolas avaliadas” (BRASIL, 2005a). Nesse sentido, o resultado alcançado por cada aluno não é considerado individualmente; considera-se o coletivo, ou seja, os resultados que são encaminhados às escolas representam o todo respondente. Essas informações são disponibilizadas para as escolas em forma de números. Para o entendimento dos números que correspondem ao resultado alcançado pela escola, e possa haver uma interpretação pedagógica, eles são organizados e analisados em intervalos. Os intervalos de números são chamados de níveis de proficiência.

Os níveis de proficiência em matemática para o ensino fundamental variam em uma escala de 0 a 425 pontos e, para explicar o desempenho dos alunos do 5º ano, são considerados 10 níveis variando de 0 a 375 pontos. Os níveis 11 e 12 são adotados na análise dos resultados das turmas de 9º ano.

Nos níveis que compreendem as pontuações de 0 a 199 as habilidades que aparecem com mais frequência são as de identificação de informações quantitativas, espaciais e de cálculo, é priorizada a resolução de problemas que envolvam o contexto próximo e rotineiro de sua vida e há um predomínio de procedimentos básicos de leitura que permitem localizar informações explícitas em diferentes formatos de texto, em mapas, esquemas, cenas simples, tabelas simples ou de dupla entrada ou gráfico de colunas.

Nos níveis correspondentes as pontuações de 200 a 249 o foco é o trabalho com operações, em situações contextualizadas ou não, envolvendo números naturais e, em alguns casos, racionais; a identificação de planificações de poliedros representados por meio de “desenhos”; a identificação de dados em tabelas e gráficos com enunciados mais complexos; e a consolidação da construção do Sistema de Numeração Decimal;

Já nos níveis correspondentes as pontuações de 250 a 325 são ampliados os significados das operações; as relações espaciais são apresentadas em situações um pouco mais complexas; há um foco sobre as relações entre representações fracionárias e decimais e na noção de fração equivalente; os alunos devem apresentar como uma de suas habilidades “o conhecer a noção de medida” – no sentido de “quanto cabe” e conhecer a composição de ordem de grandeza da unidade de milhar, porém com zeros intercalados na escrita.

Visto que, o que caracteriza um nível de proficiência é um conjunto de habilidades. Dessa forma, um conjunto de estudantes é alocado em um nível de proficiência ao mostrar ter desenvolvido o conjunto de habilidades que caracterizam esse nível.

Desse modo, espera-se dos resultados da Prova Brasil que estes forneçam informações sobre os desempenhos dos alunos e sirvam para orientar as ações do professor possibilitando a busca de melhores estratégias de ensino, a fim de que sejam alcançados níveis mais elevados na escala proficiência.

Porém, cabe aqui questionar se as informações divulgadas às escolas têm realmente contribuído para o avanço e a melhoria do ensino brasileiro. Questiona-se

também se essas avaliações têm servido como uma camisa de força para as instituições de ensino, no sentido que o Estado se abstenha ao máximo possível de suas responsabilidades e coloque sobre as escolas a obrigatoriedade de apresentar bons resultados nesse processo, sob a penalidade de não receber incentivos financeiros.

4. Metodologia utilizada na análise estatística

Os dados foram obtidos pelo site do INEP, notas adquiridas pelas EMEFs e Escolas Estaduais na Prova Brasil no decorrer do tempo de 2005 a 2011 de forma transversal ao qual houve variáveis quantitativa (notas obtidas pela Prova Brasil) e qualitativa (são as notas dispostas em categoria ordinal). O programa Microsoft® Excel 2007 foi usado para tabulação dos dados e a análise estatística foi realizada pelo programa SPSS® for Windows®, versão 16.0. Para avaliar as notas obtidas na Prova Brasil no decorrer do tempo de aplicação foi utilizado o teste Friedman e teste t Pareado. Foi utilizado como nível de significância o valor de 5% ($p < 0,05$).

5. Resultado e Análise das escalas de proficiência da Prova Brasil

Ao analisarmos os dados apresentados pelo INEP em relação às notas obtidas pelas escolas na Prova Brasil no decorrer do tempo de 2005 a 2011 foi encontrado em Goiânia média $195,89 \pm 11,90$ de pontuação, em Pirassununga $213,53 \pm 19,59$, Santa Maria $199,44 \pm 12,2$ e em São Paulo $189,45 \pm 12,27$. Ao analisarmos as notas obtidas no decorrer do tempo encontramos diferenças significativas para todas as cidades que avaliamos ($p < 0,001$), com exceção das escolas de Pirassununga onde encontramos número de escolas insignificante ($n = 18$), conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1- Média geral obtida pelas escolas de Goiânia, Pirassununga, Santa Maria e São Paulo em relação à Prova Brasil no decorrer do tempo.

Município	Número de escolas	Média geral	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	p
Goiânia	208	195,89	11,90	165,86	251,67	<0,001
Pirassununga	18	213,53	19,59	170,48	249,50	
Santa Maria	70	199,44	12,22	176,38	229,33	<0,001

São Paulo 161 189,45 12,27 167,60 246,92 <0,001

Teste Friedman

Ao avaliarmos as notas obtidas pelas escolas em Goiânia ($p = 0,062$) e em São Paulo ($p = 0,229$) não encontramos diferenças significativas ao compararmos 2009 com 2011, em relação aos demais anos comparados foram encontrados significância ($p < 0,001$) de acordo com o Gráfico 1.

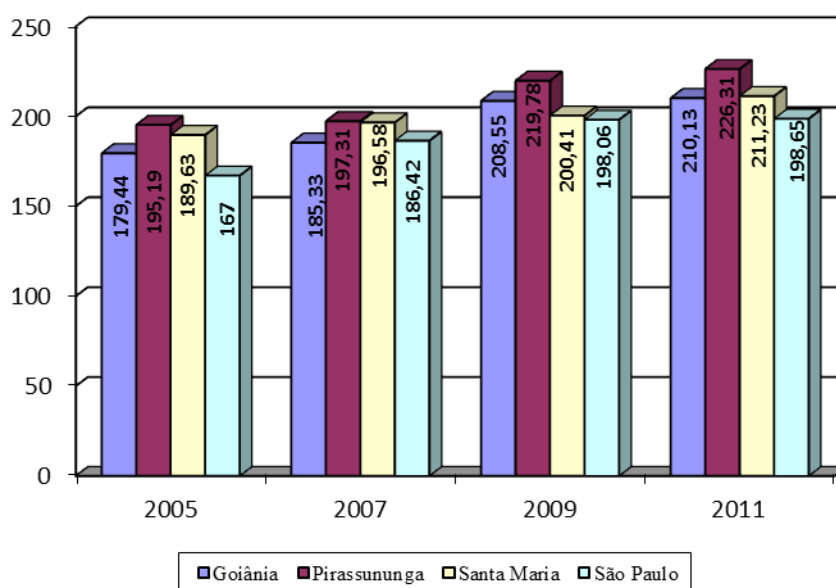


Gráfico 1- Média geral obtida pelas escolas de Goiânia, Pirassununga, Santa Maria e São Paulo em relação à Prova Brasil no decorrer dos anos.

Tabela 2- Distribuição das escalas de proficiência da Prova Brasil em relação aos anos e cidades.

Ano	Avaliação	Goiânia		Pirassununga		Santa Maria		São Paulo	
		n	%	n	%	n	%	n	%
2005	Muito crítico	-	0,0	-	0,0	-	0,0	9	7,4
	Crítico	40	24,8	-	0,0	4	8,7	58	47,9
	Intermediário	121	75,2	2	100,0	42	91,3	54	44,6
	Adequado	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
2007	Muito crítico	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
	Crítico	41	21,9	1	12,5	6	9,5	32	22,4
	Intermediário	146	78,1	7	87,5	57	90,5	111	77,6
	Adequado	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0

2009	Muito crítico	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0
	Crítico	3	1,7	-	0,0	4	6,0	8	5,2
	Intermediário	178	98,3	11	100,0	63	94,0	145	94,8
	Adequado	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0

No tocante a tabela 2, no ano de 2005 somente a cidade de São Paulo ficou com pontuação de 7,4% de escolas com escala de proficiência muito crítico. Na escala de proficiência crítico em Goiânia alcançou pontuação de 24,8%, em Santa Maria 8,7%, em São Paulo 47,9% e em Pirassununga não apresentou nenhuma escola nesta categoria. Na escala intermediária, Goiânia ficou com 75,2% de escolas, Pirassununga 100%, Santa Maria 91,3% e São Paulo com 44,6%. Nenhuma das escolas das cidades pesquisada ficou com escala de proficiência adequada.

Ao avaliarmos as notas obtidas pelas EMEFs em relação à Prova Brasil, em Goiânia a média foi de $196,23 \pm 10,70$, em Pirassununga $220,49 \pm 16,57$, Santa Maria $198,06 \pm 11,89$ e em São Paulo $187,39 \pm 10,63$. Ao analisarmos essas médias no decorrer do tempo encontramos significância ($p < 0,001$) de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3- Média geral das EMEFs de Goiânia, Pirassununga, Santa Maria e São Paulo em relação à Prova Brasil no decorrer do tempo.

Município	Número de escolas	Média geral	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	p
Goiânia	149	196,23	10,70	175,70	251,70	<0,001
Pirassununga	13	220,49	16,57	196,22	249,50	
Santa Maria	42	198,06	11,89	176,66	224,34	<0,001
São Paulo	142	187,39	10,63	167,60	214,69	<0,001

Teste Friedman

Ao compararmos os resultados obtidos não encontramos diferenças significativas em Goiânia ($p = 0,739$) em relação aos anos 2009 com 2011, ocorrendo o mesmo com São Paulo ($p = 0,283$). Já em Santa Maria, não encontramos diferença significativa nos anos comparados entre 2007 com 2009 ($p = 0,051$), e nas comparações dos demais anos encontramos significância ($p < 0,001$), não sendo

avaliada a cidade de Pirassununga devido à insignificância de escolas ($n = 13$) conforme o Gráfico 2.

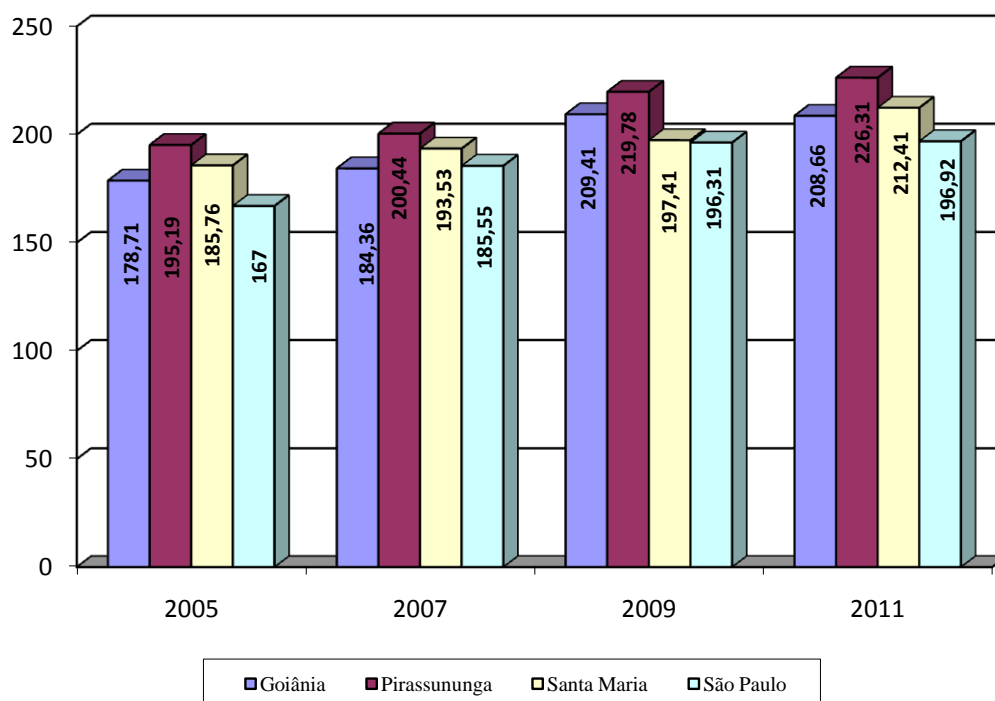


Gráfico 2- Média geral das EMEFs de Goiânia, Pirassununga, Santa Maria e São Paulo em relação à Prova Brasil no decorrer dos anos.

No tocante às notas obtidas pelas escolas estaduais foi encontrada em Goiânia a média de $195,04 \pm 14,57$, Pirassununga $195,43 \pm 15,53$, em Santa Maria $201,51 \pm 12,63$ e em São Paulo $204,90 \pm 12,97$. Ao avaliarmos essas médias no decorrer do tempo em relação a cada cidade encontramos significância em todas ($p < 0,001$) conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4- Média geral das Escolas Estaduais de Goiânia, Pirassununga, Santa Maria e São Paulo em relação à Prova Brasil no decorrer do tempo.

Município	Número de escolas	Média geral	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	p
Goiânia	59	195,04	14,57	165,86	233,89	<0,001
Pirassununga	5	195,43	15,53	170,48	212,39	
Santa Maria	28	201,51	12,63	176,38	229,33	<0,001
São Paulo	19	204,90	12,97	181,51	246,92	<0,001

Teste Friedman

Ao detalharmos a comparação ano por ano não encontramos diferenças significativas na cidade de Santa Maria no ano de 2007 com 2009 ($p = 0,169$) e no ano de 2009 com 2011 ($p = 0,505$), o mesmo ocorrendo com São Paulo no ano de 2009 com 2011 ($p = 0,601$). Dessas cidades não verificamos a influência das notas obtidas pela Prova Brasil na cidade de Pirassununga devido ao número insignificante de escolas ($n = 5$), conforme mostra o Gráfico 3.

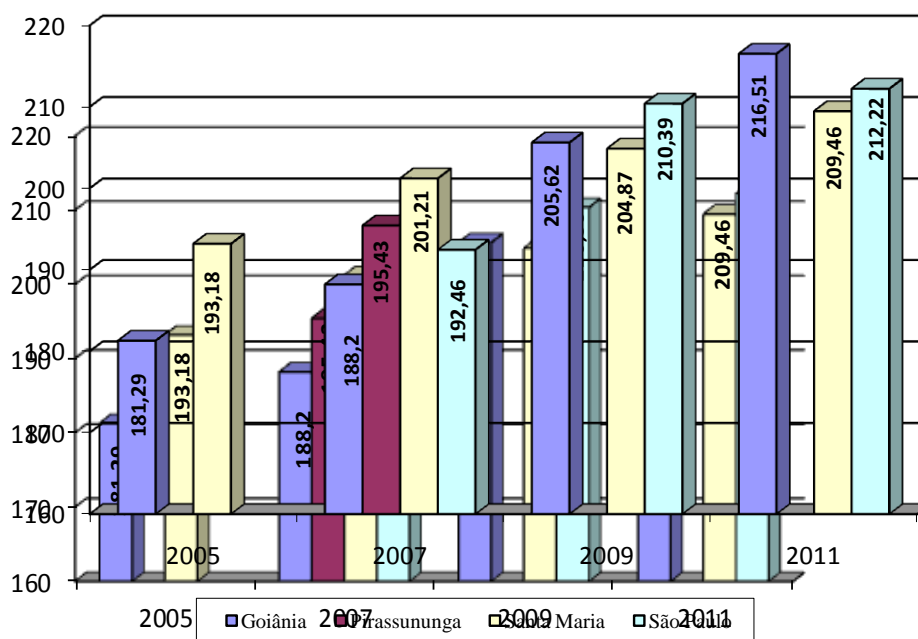


Gráfico 3- Média geral das Escolas Estaduais de Goiânia, Pirassununga, Santa Maria e São Paulo em relação à Prova Brasil no decorrer dos anos.

Gráfico 3- Média geral das Escolas Estaduais de Goiânia, Pirassununga, Santa Maria e São Paulo em relação à Prova Brasil no decorrer dos anos.

6. Resultados da Pesquisa

Este trabalho encontra-se ainda em fase de construção. Pretendemos nos aproximar de respostas que arrisquem justificar o aumento ou diminuição das notas em determinada cidade. Para tanto, necessitamos ainda de novos dados e informações que ainda não possuímos.

7. Agradecimentos

Este trabalho recebeu apoio material e/ou financeiro da CAPES e INEP, via Edital N° 38/2010/CAPES/INEP, Programa Observatório da Educação.

8. Referências Bibliográficas

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Portaria nº 69, de 04 de maio de 2005. Institui a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC como um dos processos de avaliação que passam a integrar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. **Diário Oficial da União**. Brasília, seção 1, n. 85, p. 13, 5 maio. 2005a.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, ano 134 seção 1, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

_____. **Plano Nacional da Educação – PNE/MEC**. Brasília: INEP, 2001.

_____. Portaria nº 931, de 21 de março de 2005. Institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que será composto por dois processos de avaliação: a Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC. **Diário Oficial da União**. Brasília, seção 1, n. 55, p. 17, 22 mar. 2005b.

DALBEN, A. I. L. F. (Coordenadora). **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**. Relatório final. Minas Gerais: Fundação Victor Civita. 2011.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educ. Soc.*, Campinas, 2003. v. 24, n. 82, p. 93-130, abril. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2012.

HORTA NETO, J. L. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005. **Revista Iberoamericana de Educación** n. 42/5, 2007. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/1533Horta.pdf>> Acesso em: 06 fev. 2012.

MALUF, M. M. B. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica no Brasil: Análise e proposições. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 14, jul./dez. 1996. p. 5-38. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1195/1195.pdf>> Acesso em 29 fev. 2012.

OLIVEIRA, A. P. M. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado). 276 f. – Programa de Pós-Graduação em Educação, Políticas Públicas e Gestão da Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2011.